



SENADO FEDERAL

**Comissão de Educação e Cultura**  
**54ª Reunião Extraordinária – 23/09/2024**  
**Resumo da Audiência Pública Interativa**

**Finalidade:** 5ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

**Requerimento relacionado:** [REQ 62/2024 - CE](#) (Senadora Teresa Leitão – PT/PE), [REQ 63/2024 - CE](#) (Senadora Teresa Leitão – PT/PE, Senadora Janaína Farias – PT/CE, Senador Flávio Arns – PSB/PR) [REQ 64/2024 - CE](#) (Senador Flávio Arns – PSB/PR), [REQ 72/2024 - CE](#) (Senador Zequinha Marinho – PODEMOS/PA e outros), [REQ 83/2024 - CE](#) (Senador Marcelo Castro – MDP/PI, Senador Flávio Arns – PSB/PR)

**Projeto de lei relacionado:** [PL 2614/2024](#) (Câmara dos Deputados)

**Participantes:** **Mônica Castagna Molina**, Representante do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC); **Shirley Pimentel de Souza**, Professora quilombola e membro do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), **Adriana de Cássia Moreira**, Coordenadora da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO), **Arlindo Baré**, Coordenador-Executivo do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) e representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas (UPEI).

**Adriana de Cássia Moreira, Coordenadora da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO).**

**Principais tópicos abordados pela convidada:**

- ✓ A União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO), uma organização do movimento negro com cerca de 15 anos de atuação, foca em projetos de educação para jovens negros e periféricos, promovendo o acesso ao ensino superior e técnico.
- ✓ Além de projetos educacionais, a UNEAFRO atua em áreas como educação ambiental e combate à fome.



## SENADO FEDERAL

- ✓ Ressalta as dificuldades no acesso à creche, a escolarização, bem como o acesso à leitura por parte da população negra e pobre. Menciona que os dados sobre essa questão são difíceis de obter.
- ✓ Dados mostram que menos 20% das crianças negras estão matriculadas em creches, em comparação com 55% das crianças mais ricas, destacando a importância de um princípio de equidade no acesso.
- ✓ Embora a alfabetização no Brasil tenha melhorado, é observado que pessoas pretas e pardas continuam sendo alfabetizadas em taxas significativamente menores do que pessoas brancas.
- ✓ Critica a política de alfabetização na idade certa, relacionando-a com políticas eugenistas, e defende uma alfabetização que leve em conta raça, gênero e contexto social.
- ✓ O desenvolvimento cognitivo não depende apenas de fatores biológicos, mas também do acesso à escola, livros e linguagens artísticas. Crianças negras, indígenas e pobres, que enfrentam violência urbana e exclusão social, têm mais dificuldades no processo de alfabetização. É essencial considerar esses fatores para facilitar a alfabetização dessas crianças.
- ✓ Abolir a ideia de alfabetização na idade certa e adotar processos baseados nas diretrizes curriculares de educação das relações étnico-raciais são cruciais para reduzir desigualdades no acesso e desenvolvimento da alfabetização, além de garantir que crianças no Brasil sejam alfabetizadas mais cedo.
- ✓ A trajetória escolar segue um caminho progressivo, começando na educação infantil até o ensino médio. Dados do Ideb mostram que 5,6% dos meninos pretos só ingressam no ensino fundamental aos oito anos, quando deveriam ingressar aos quatro, evidenciando uma grave questão educacional.
- ✓ Até o quinto ano do ensino fundamental, 12% dos meninos pretos já abandonaram a escola, uma questão de preocupação crítica que o Plano Nacional de Educação precisa enfrentar.
- ✓ O PNE deve cumprir os artigos da Constituição Federal que asseguram educação pública e de qualidade. Incorporar a equidade racial e de gênero como estratégias fundamentais é fundamental para garantir que crianças negras e jovens sejam reconhecidos como sujeitos da aprendizagem, além de assegurar que os profissionais da educação tenham suporte adequado para melhorar o desempenho desses alunos.



SENADO FEDERAL

**Arlindo Baré, Coordenador-Executivo do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) e representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas (UPEI).**

**Principais tópicos abordados pelo convidado:**

- ✓ Nas 58 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) algumas delas devem ser atendidas como demandas urgentes da educação escolar indígena.
- ✓ Destaca a importância de promover a educação digital para uso crítico nas tecnologias de informação nas comunidades indígenas.
- ✓ Aborda a necessidade de garantir os direitos dos estudantes indígenas desde a educação básica até a educação superior.
- ✓ Evidencia a precarização das escolas indígenas, onde muitas das quais estão longe de ser uma escola adequada, não correspondendo à uma estrutura educacional ideal para os povos indígenas.
- ✓ Aponta a importância de implementar no PNE a política de educação nos territórios etnoeducacionais promovendo autonomia e gestão local.
- ✓ Vê a educação como um caminho de conscientização da humanidade fundamentada em uma perspectiva ampla sobre a vida.
- ✓ Ressalta a importância de integrar educação, território e saúde para garantir uma abordagem educativa holística.
- ✓ Defende que o recorte étnico-racial deve ser considerado no PNE para justificar e garantir o orçamento necessário, especialmente para políticas afirmativas, como no caso das Bolsas de Permanência no ensino superior.
- ✓ A falta de orçamento tem sido uma constante justificativa. O PNE deve assegurar que esse recurso seja suficiente, a exemplo da educação escolar indígena.
- ✓ Refere-se aos arts. 231 e 232 da Constituição Federal, e a Convenção 169 da OIT, visando assegurar os direitos da população indígena.
- ✓ Expressa a necessidade de que a UPEI acompanhe ativamente das Comissões, não apenas acompanhando os debates e a inclusão na redação do PNE, mas também contribuindo diretamente, intervindo quando necessário, e, assim, garantindo uma participação mais efetiva.



## SENADO FEDERAL

### **Principais recomendações do convidado:**

- ✓ Implementar no PNE a política de educação nos territórios etnoeducacionais trazendo autonomia e gestão local.
- ✓ Considerar no PNE, o orçamento da educação exclusivamente com o recorte étnico-racial.
- ✓ Garantir no PNE orçamento necessário para as políticas afirmativas na educação superior.
- ✓ Necessidade de que a UPEI participe das Comissões, e não apenas acompanhando o debate e a inclusão na redação do PNE, mas também contribuindo diretamente, intervindo quando necessário, e, assim, garantindo uma participação mais efetiva.

**Mônica Castagna Molina, Representante do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC).**

### **Principais tópicos abordados pela convidada:**

- ✓ A educação do campo completa 25 anos, destacando-se pelo princípio de que é um "direito nosso, dever de Estado". Essa perspectiva é abordada na Conferência Nacional Extraordinária da Educação (Conae) e no Plano Nacional de Educação (PNE), que enfatizam a educação como um direito fundamental.
- ✓ Destaca quatro momentos, a começar por um breve histórico do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), com objetivo de informar às pessoas que não o conhecem.
- ✓ Enfatiza a participação do Fonec na realização da (Conae) e seu protagonismo na elaboração do documento que resultará no Plano Nacional de Educação (PNE).
- ✓ Aborda a transição da Conae para o PNE, e destaca a importância desse documento elaborado com ampla participação da sociedade civil.
- ✓ Apontou algumas contradições na educação básica e superior, de acordo com a perspectiva do Fonec.



## SENADO FEDERAL

✓ O Fonec é uma organização que reúne diversos coletivos envolvidos na luta pela garantia dos direitos do campo e pelo direito à educação no campo, como o Movimento Sem Terra, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas, o MOC, o Sertão, o Movimento de Mulheres Campesinas, o MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens. Desde 2010, o Fonec, é composto por esse conjunto de instituições.

✓ A função principal do Fonec é lutar pelas políticas públicas de educação do campo. E, no processo de preparação da Conae, o fórum buscou se mobilizar.

✓ O Fonec realizou participações nas conferências estaduais, e conseguiu que muitos delegados participassem da Conferência Nacional, na Conae.

✓ Foi organizado três colóquios para destacar a centralidade da Conae, na perspectiva de reconstrução do espaço de diálogo da sociedade civil e do Estado na elaboração das políticas públicas.

✓ O Fonec esteve presente no evento da Associação Nacional da Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), realizado na Universidade do Espírito Santo. Estavam presentes também Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (ForumDir), o Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais dos Programas Pibid e Residência Pedagógica (Forpibid-rp), e o Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Parfor Norte (ForParfor).

✓ Ressalta a importância de incluir o ensino da educação superior no campo no novo PNE e viabilizar o acesso, a permanência e a conclusão dos sujeitos camponeses na educação do campo.

✓ O PNE dispõe aspectos essenciais da educação básica, como o acesso, a trajetória e a conclusão do ensino fundamental e médio. Seu objetivo é assegurar que todas as crianças, adolescentes e jovens em idade escolar concluam esses níveis de ensino, promovendo a redução das desigualdades e a inclusão. Ressalta-se a importância de políticas afirmativas para enfrentar as grandes disparidades na garantia do ensino fundamental e médio, especialmente para as populações representadas na audiência pública.

✓ Os povos do campo, indígenas, quilombolas e agricultores familiares tradicionais ainda enfrentam grandes disparidades no acesso, permanência e conclusão dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio.

✓ Ressalta a importância de priorizar as periferias urbanas, as aldeias indígenas, as zonas rurais, quilombos e comunidades tradicionais.



## SENADO FEDERAL

✓ O Fonec apresentou sugestões de redação para o PNE com o objetivo de contribuir para a elaboração de uma legislação que permita ao Estado brasileiro garantir a efetividade dos direitos educacionais. A proposta inclui a criação de mecanismos concretos para reduzir as desigualdades educacionais, e priorize ações que viabilizem políticas e programas adequados, com a devida alocação os recursos.

✓ O PNE destaca a importância de implementação de políticas para a construção e reestruturação de escolas de ensino fundamental e médio. A falta de unidades educacionais no campo, especialmente nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio, é uma questão crítica. Embora o projeto de lei incluía a implementação dessas medidas, é crucial evitar o fechamento e a exclusão das escolas existentes nessas áreas.

✓ O maior problema atual na educação do campo é o fechamento em massa das escolas. Há 25 anos, havia 102 mil escolas no campo, e hoje restam menos de 40 mil. Esse fechamento compromete não apenas a continuidade da educação para as populações rurais, mas também a coesão das comunidades, já que as famílias fazem grandes esforços para garantir a educação de seus filhos. O encerramento dessas escolas contribui para a desterritorialização e impede a continuidade da escolarização.

✓ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizaram estudos recentemente referente ao fechamento das escolas de campo. Foi mostrado que esses fechamentos impactam tanto a redução das unidades das escolas quanto a redução das matrículas. O estudo foi lançado em 2021, e revela que houve a diminuição de mais de 1 milhão de matrículas no campo.

✓ A sociedade civil tem construído várias campanhas para sensibilizar os Prefeitos, e as Câmaras de Vereadores sobre a centralidade da manutenção dessas escolas.

✓ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) lançou a campanha "Raízes se formam no campo" em defesa da educação pública no Brasil, enquanto a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo promove a campanha "Escola é Vida na Comunidade". Ambas destacam a importância de manter as escolas rurais abertas para garantir a continuidade das comunidades. A campanha paranaense apresenta dez razões para preservar essas escolas, ressaltando seu papel essencial na sobrevivência das comunidades rurais.

✓ O Fonec propôs estabelecer, em regime de colaboração entre União, Distrito Federal e municípios, um programa nacional para fortalecer as escolas do campo,



## SENADO FEDERAL

interrupções no processo de fechamento dessas unidades, que têm levado à evasão escolar e à redução de matrículas na educação básica rural. A ideia é construir um programa que destaque a importância de manter as escolas abertas, pois construir novas unidades, enquanto outras estão fechadas, é ineficaz. Faz-se necessário que o (PNE) inclua diretrizes que impeçam o fechamento das escolas do campo, assegurando a continuidade da escolaridade no campo.

✓ Destaca que nas Diretrizes Operacionais para a educação básica do campo, está explícito que os anos iniciais devem ocorrer obrigatoriamente nas comunidades, evitando o transporte de crianças pequenas. A ideia de nucleação, mesmo com consulta às comunidades, deve ser restaurada para os anos iniciais, uma vez que é inadequado transportar crianças de até sete a nove anos por longas distâncias.

✓ Pesquisas apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) mostram que muitas dessas crianças passam mais tempo nos ônibus do que nas salas de aula. A nucleação deve ser considerada apenas para os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio.

✓ Destaca que em relação ao ensino superior, a meta de ampliar o acesso, permanência e concluir com foco na redução de desigualdades e inclusão é positiva.

✓ Na educação do campo, nos últimos 25 anos, muitas políticas foram criadas para garantir o acesso ao ensino superior, especialmente na formação de educadores. A experiência acumulada com a Licenciatura em Educação do Campo, uma política pública com mais de 17 anos, inclui 39 instituições que oferecem 59 cursos, com 6,8 mil estudantes matriculados e mais de 3,1 mil egressos concorrentes nas escolas do campo.

✓ A educação Superior no campo tem promovido a inclusão de diversos grupos, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, e agricultores familiares, entre outros na educação superior. Apesar do avanço no acesso, as condições de permanência ainda são um desafio.

✓ Destaca a importância da assistência estudantil para garantir que esses estudantes concluam seus cursos. A política nacional de assistência estudantil, recentemente aprovada, precisa ser fortalecida com recursos no PNE.

✓ A alternância é fundamental para a conclusão da educação superior dos sujeitos camponeses. Essa estratégia permite o acesso a políticas de permanência e assistência estudantil, mantendo-os conectados às suas comunidades enquanto estudam. Ela



## SENADO FEDERAL

equilibra o tempo na universidade com as atividades rurais, possibilitando que continuem suas práticas de produção e trabalho.

✓ O Fonec trouxe diversos elementos da (Conae) sobre a alternância e a garantia da educação superior não estão refletidos no PNE. Foi proposto retomar esses aspectos, estimulando a criação de processos para expandir a oferta de cursos superiores em alternância para as disciplinas do campo, das águas e das florestas em diversas áreas do conhecimento.

✓ Reforça a importância de oferecer não apenas formação de educadores, mas também cursos em agronomia, agroecologia, engenharia florestal, entre outros, para promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

✓ Um conjunto de pesquisas feitas por diferentes universidades no Brasil tem demonstrado a importância dessa estratégia de oferta de educação superior, já regulamentada e possui diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Decreto 7.352, que consolidou essa possibilidade permanente de oferta.

### **Principais recomendações da convidada:**

✓ Garantir que PNE tenha um orçamento que seja capaz de viabilizar as metas estabelecidas.

✓ Incluir no PNE, de forma explícita, a garantia da educação superior pública e o financiamento de recursos públicos para assegurar essa educação.

✓ Inserir no PNE princípios de uma política nacional de formação de educadores.

**Shirley Pimentel de Souza, Professora quilombola e membro do Coletivo Nacional de Educação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ).**

### **Principais tópicos abordados pela convidada:**

✓ O contexto acadêmico-escolar relacionado às comunidades indígenas carrega semelhanças com as envolvidas com comunidades do campo.

✓ O PNE desencadeia em rede uma série de ações nos planos municipais e estaduais afetando diretamente o ambiente escolar no geral – incluindo escolas indígenas, quilombolas e do campo.



## SENADO FEDERAL

✓ A Conaq é uma organização nacional articulada em 1995 e institucionalizada em 1996 para fortalecer a defesa dos territórios quilombolas. Atrelada à luta pela terra e pela regularização do território, esteve sempre relacionada a pauta da educação.

✓ A primeira carta da Conaq, ainda enquanto organização, esteve envolvida na pauta da educação, defendendo equiparação de salário para os professores, o fortalecimento educação de jovens e adultos e a própria educação contextualizada em seus territórios.

✓ Atualmente, tem se fortalecido agora com o Coletivo Nacional de Educação. Inclusive com a ausência do Estado em oferecer formação diferenciadas de professores, em relação a propostas curriculares específicas. A Conaq tem assumido esse papel, promovido a formação e realizando um trabalho de base, com impacto direto nas conferências de educação.

✓ Na conferência de 2010, foi implementada a educação escolar quilombola como uma modalidade de educação básica bem como presença de quilombolas dentro de diversos eixos.

✓ Apresentou, primordialmente, três fatores. O primeiro é a taxa de analfabetismo entre os quilombolas, recentemente registrada pelo Censo do IBGE de 2022. Pela primeira vez, foram contabilizados 1,3 milhão de pessoas quilombolas em mais de 8,5 mil localidades em todo o país com uma taxa de analfabetismo quase três vezes maior do que a da população nacional. Esse fenômeno decorre de diversas causas.

✓ Uma das causas é a baixa qualidade da educação oferecida nos territórios, sendo maior número de repetência entre os jovens quilombolas, e o processo de fechamento das escolas. Existe uma política nacional de fechamento das escolas quilombolas no campo, o que contribui para a desistência e a evasão escolar.

✓ O deslocamento por longas distâncias e a disputa dos territorial ao avanço do agronegócio, que invade os territórios quilombolas, também estão interligados a esse problema.

✓ As prefeituras discutem a nucleação- o fechamento de escolas devido a condições que dificultam a permanência dos estudantes, desde o transporte até a alimentação, o que geralmente não condiz com a cultura quilombola. Isso transforma o ambiente escolar em um espaço violento e hostil.

✓ No Encontro da Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas da Conaq, os relatos expuseram situações extremas de exclusão, racismo e violência. As condições de permanência, além de revelar dados como a alta taxa de analfabetismo, demonstram que o acesso à educação continua desigual.



## SENADO FEDERAL

✓ Outro ponto destacado é a formação de professores quilombolas para atuar nos territórios quilombolas. O novo PNE propõe a criação da categoria de Professor Quilombola/Professor Indígena. Segundo as experiências, os professores familiarizados com a comunidade não se mostram atrelado ao processo de rotatividade dos docentes, e estão menos expostos às influências do jogo político-partidário que acontece nos municípios

✓ Assim, mantém um processo de formação continuada de professores, seja ofertado pelas universidades ou pelo próprio movimento quilombola, garantindo continuidade na implementação de uma educação escolar adequada em territórios quilombolas.

✓ Atualmente, há no país experiências de destaque, como a no Município de Salgueiro, em Pernambuco, no Quilombo de Conceição das Crioulas, onde toda a equipe escolar é composta por quilombolas, incluindo professores, diretores e equipe de apoio. O movimento indígena tem avançado mais nessa área, o que se reflete nas taxas de analfabetismo, que são menores em comparação com as da população quilombola.

✓ Outro ponto a ser citado é o ensino médio. Conforme observado no ensino fundamental I e II, a análise do ensino médio revela disparidades significativas, como a emigração da comunidade para áreas urbanas.

✓ No Estado da Bahia, há uma experiência chamada de intermediação tecnológica - espécie de ensino médio EaD, que também não atende à demanda dos territórios quilombolas, como taxas de desistência visíveis.

✓ O acesso de política de educação superior para quilombolas, com a última alteração da Lei de Cotas incluindo quilombolas, revela avanço, mas o acesso ao ensino médio, nesse contexto, mostra-se incipiente. Outros elementos que agravam esse cenário são o material didático, paradidático e atrelados à formação de professores.

✓ Esses fatores contribuem por difundir a tendência de jovens quilombolas à desvinculação do seu território e enfraquecem o vínculo com a escola, comprometendo seu papel fundamental na preservação da cultura.

✓ Os livros atualmente distribuídos pelo PLND não contemplam material adequado para a escola quilombola, tendo em vista, que para este apoio, a situação demanda recursos.

✓ É necessário um fortalecimento da sustentabilidade da comunidade em relação ao contexto escolar. A defesa ambiental de território envolve a manutenção da autonomia sobre o processo de gestão territorial e de alimentação também.

### **Principais recomendações da convidada:**



SENADO FEDERAL

✓ O processo de educação deve ser compatível à vivência e à história das comunidades. É importante a territorialização, contextualização e discussão da educação com as comunidades quilombolas.

## PERGUNTAS

### **RENATA de Goiás**

Quais são os indicadores e métricas que serão utilizados para avaliar o sucesso do plano? Como serão feitos o monitoramento e os ajustes?

### **ARNALDO do Rio de Janeiro**

Como o PNE pretende lidar com a valorização do professor e os déficits formativos desses profissionais?

### **LUCAS do Distrito Federal**

De que forma o novo PNE 2024-2034 incentivar a integração de tecnologias educacionais de forma acessível e equitativa em escolas públicas?

### **ANA do Espírito Santo**



SENADO FEDERAL

O PNE abordará as diferenças entre os conteúdos abordados nas escolas públicas e particulares, apesar de todas 'seguirem' a BNCC?



SENADO FEDERAL

## **LAURIANE de Santa Catarina**

O novo PNE terá metas específicas para a inclusão de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, população indígena e quilombola?